

O POPULISMO E A MILITARIZAÇÃO DE ESCOLAS: PROPOSIÇÕES A PARTIR DOS PROCESSOS DISCURSIVOS DE LEGITIMAÇÃO

Greice Martins Gomes¹

RESUMO

Nos últimos anos, movimentos populistas de direita eclodiram em todo o mundo compartilhando características comuns bem como produzindo contradições particulares em cada lugar. O presente artigo concentra-se no tema da militarização ao entender que esse é um elemento particular em nosso cenário. O objetivo central deste estudo consiste em analisar as estratégias discursivas de legitimação da militarização utilizadas pelo atual governo. Através da abordagem da Análise Crítica do Discurso toma-se como base de investigação os textos produzidos a respeito do Programa das escolas cívico-militares (Pecim) provenientes de sites do governo ou produzidos por seus representantes diretos. Os resultados apontam que, no discurso populista atual, a legitimação é articulada como uma forma de moralismo compensatório. Já na legitimação por meio da racionalização, a militarização seria aquilo capaz de criar sujeitos melhor ajustados socialmente.

Palavras-Chave: Populismo de direita; Militarização; Processos de legitimação.

POPULISMO Y MILITARIZACIÓN DE LAS ESCUELAS: REFLEXIONES A PARTIR DE LOS PROCESOS DISCURSIVOS DE LEGITIMACIÓN

RESUMEN

En los últimos años, los movimientos populistas de derecha han estallado en todo el mundo compartiendo características comunes y produciendo contradicciones particulares en cada lugar. Este artículo se centra en el tema de la militarización, entendiendo que se trata de un elemento particular de nuestro escenario. El objetivo principal de este estudio es analizar las estrategias discursivas de legitimación de la militarización utilizadas por el actual gobierno. A través del enfoque de Análisis Crítico del Discurso, se toman como base para la investigación textos producidos sobre el Programa Escuelas Cívico-Militares (Pecim) desde sitios web gubernamentales o producidos por sus representantes directos. Los resultados muestran que, en el discurso populista actual, la legitimación se articula como una forma de moralismo compensatorio. En términos de legitimación por racionalización, la militarización sería lo que es capaz de crear sujetos socialmente más ajustados.

¹ Mestre em Sociologia pela Universidade Federal de Pelotas (UFPel) e Doutoranda no programa de Pós-Graduação em Administração (PPGA /EA) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Palabras clave: Populismo de derecha; Militarización; Procesos de legitimación.

POPULISM AND THE MILITARISATION OF SCHOOLS: PROPOSITIONS BASED ON THE DISCURSIVE PROCESSES OF LEGITIMATION

ABSTRACT

In recent years, right-wing populist movements have erupted across the world sharing common characteristics as well as producing particular contradictions in each place. This article focuses on the theme of militarization, understanding that this is a particular element in our scenario. The main objective of this study is to analyze the discursive strategies for legitimizing militarization used by the current government. Through the Critical Discourse Analysis approach, texts produced about the Civic-Military Schools Program (Pecim) from government websites or produced by their direct representatives are taken as a basis for investigation. The results show that, in the current populist discourse, legitimation is articulated as a form of compensatory moralism. In terms of legitimation through rationalization, militarization would be what is capable of creating better socially adjusted subjects.

Keywords: Right-wing populism; Militarization; Legitimation processes.

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos movimentos populistas surgiram em todo o mundo após vitórias simbólicas da extrema direita, como as eleições do Brexit no Reino Unido, de Donald Trump nos Estados Unidos, bem como as eleições de 2018 no Brasil. Essas "tempestades populistas crescentes" e conservadoras tomaram o poder em muitos países, com isso os estudiosos perceberam a necessidade de compreender, conceituar e examinar suas implicações para os Estudos Organizacionais (ROBINSON; BRISTOW, 2020, p. 21).

Tais movimentos compartilham muitas características, mas também produzem contradições particulares em cada lugar. Buscando contribuir nesse sentido, o presente artigo tem como objetivo analisar as estratégias discursivas de legitimação utilizadas pelo atual governo para promover a militarização. No Brasil, a militarização é muito mais do que a presença dos militares em cargos civis, ela é aquilo que legitima um conjunto de práticas sociais, comportamentos e modos de ação e interação social.

Centrando-se em uma Análise Crítica do Discurso (ACD), desenvolvida principalmente por de linguistas interessados em processos discursivos de legitimação (VAN LEEUWEN;

WODAK, 1999; VAN LEEUWEN, 2007, 2008), este estudo toma como objeto de análise textos sobre o Programa das Escolas Cívico-Militares (Pecim) provenientes de sites do governo, documentos oficiais e produzidos por representantes diretos do Programa

Criado em 2019, o Pecim está atualmente em implementação em todo o território nacional. Promovido como uma iniciativa do Ministério da Educação, em parceria com o Ministério da Defesa, “apresenta um conceito de gestão nas áreas educacional, didático-pedagógica e administrativa” (BRASIL, 2021a, n. p.), o que significa que a gestão administrativa de escolas públicas civis, assim como a fiscalização e o controle da conduta dos alunos, passam a ser feitas por militares.

De maneira ampliada, busca-se contribuir para a compreensão sobre os complexos processos que envolvem legitimação. De modo mais específico, ao se concentrar no conteúdo relativo à militarização, pretende-se lançar mais luz a respeito de nosso atual fenômeno social e político.

Para o desenvolvimento de tal conteúdo, o presente artigo foi organizado em sete seções, além dessa introdução e das considerações finais. A primeira seção aborda o tema do populismo e suas características centrais. A segunda introduz conceitos fundamentais quando nos referimos à um processo discursivo de legitimação a saber, ideologia, dominação, poder, hegemonia e discurso. A terceira trata da legitimação na perspectiva dos Estudos Organizacionais, em que se estabelece relações entre o conceito de legitimidade e os processos de legitimação. Na quarta seção, discute-se a perspectiva da ACD, especialmente a partir dos estudos de Theo Van Leeuwen (2007, 2008) e Van Leeuwen e Wodak (1999). Na quinta, apresenta-se o caso em análise, ou seja, o Programa das Escolas Cívico-Militares, o Pecim. Na sexta seção é apresentado o método de investigação e, por fim, na sétima as discussões a respeito dos resultados e achados da pesquisa.

O POPULISMO EM CONTEXTO

Não importa qual seja a escolha realizada; escrever sobre o populismo no Brasil será sempre um risco. Por incompletude ou por “má” compreensão, por adesão ou por rejeição, o texto será alvo fácil para críticas de todas as espécies (GOMES, 2001, p. 19).

Mesmo que o populismo tenha um significado incorporado à memória coletiva daqueles que, em graus variados, têm participação política, esse continua sendo um conceito com alto grau de heterogeneidade, como nos revela Gomes (2001) na citação acima, além da própria definição do termo nos remeter a isso.

A esse respeito, Gomes (2001) esclarece que a expressão surgiu primeiro no senso comum, como uma imagem desmerecedora e negativa do adversário político e, somente depois, a partir dos anos 50, como uma categoria explicativa no âmbito acadêmico brasileiro. A partir desse momento, observou-se que personagens de diferentes tradições políticas foram, muitas vezes, unidos a um denominador comum, o do populismo. Assim, líderes trabalhistas, como Getúlio Vargas, João Goulart, Leonel Brizola e até mesmo Miguel Arraes perfilaram-se ao lado de políticos como Adhemar de Barros, Jânio Quadros, Eurico Dutra e Juscelino Kubitschek e, após 1964, o próprio general-presidente João Figueiredo igualmente entrou na lista. O fato é que, projetos políticos, que ainda hoje se manifestam na sociedade brasileira, podem ser dissolvidos e fundidos em um mesmo rótulo: tratar-se-ia do "populismo" (GOMES, 2001).

Ainda hoje estudiosos divergem não só a respeito de seus atributos específicos, mas também sobre o domínio principal do termo, ou seja, o populismo deveria ser definido em termos políticos, sociais, econômicos ou discursivos? (WEYLAND, 2001).

Assim, uma tentativa de definição do que vem a ser um movimento populista pode ser articulada a partir de suas características comuns. Nesse sentido, a literatura reconhece três características gerais presentes nos populismos de direita², são elas: nacionalismo, liderança

² Muito embora direita e a esquerda não se apresentem na política como blocos homogêneos, pode-se admitir que a esquerda se orienta essencialmente para a promoção da igualdade entre os sujeitos e para a mudança da ordem social,

de políticos populistas e a disseminação de valores conservadores através de inovadores paradigmas comunicacionais (HENSMANS; VAN BOMMEL, 2020).

O nacionalismo é a chave subjacente de sua ideologia, especialmente baseada na divisão entre “nós *versus* eles”. Ele ajuda a construir diferenças culturais, aumenta a relevância da identificação entre certos grupos e favorece o confronto intercultural. Tais movimentos também são corporificados pela liderança de políticos populistas, que defendem o pretense interesse dos cidadãos comuns contra aqueles considerados da elite, abrindo-se à questão de como esse povo é construído pelos políticos populistas que afirmam defendê-los (DE CLEEN; GLYNOS; MONDON, 2018). Além disso, para fazer avançar sua agenda, líderes populistas costumam usar estratégias retóricas particulares, de modo que o apelo à linguagem tem se mostrado crucial para persuadir o público da legitimidade de seus discursos conservadores (WODAK, 2015).

Muitas mudanças socioeconômicas, culturais e tecnológicas possibilitam seu (re)surgimento no mundo. Com destaque aquelas relacionadas à um crescimento econômico lento, desemprego, globalização, variações demográficas, inovações tecnológicas, bem como a perda de um domínio masculino heterossexual branco em favor de uma maior diversidade sociocultural (BROWN, 2019). A respeito desse último, Inglehart e Norris (2016) acrescentam que as mudanças socioculturais atuais são consequências da adoção de políticas mais progressistas “especialmente entre a geração mais velha, os homens brancos e os setores menos educados, que sentem o declínio e rejeitam ativamente a maré crescente de valores progressistas, se ressentem do deslocamento de normas tradicionais familiares e fornecem um conjunto de apoiadores potencialmente vulneráveis aos apelos populistas” (INGLEHART; NORRIS, 2016, p. 2). Todavia, como lembram De Cleen, Glynos e Mondon (2018), esses fatores são, sem dúvida, importantes para explicar o populismo, no entanto, eles são apenas parte da história, porque o próprio populismo é um processo profundamente político em que mudanças culturais e tecnológicas ampliaram a sensação de “fomos deixados para trás”.

enquanto a direita concebe a desigualdade como algo intrínseco à humanidade, bem como mantém um importante apego às tradições (MOUFFE, 2019).

O populismo não é necessariamente um problema, podendo ser também compreendido, por exemplo, como uma forma de alimentar a democracia e reconectá-la com a vontade do povo (HENSMANS; VAN BOMMEL, 2020). No entanto, como analisam Mudde e Kaltwasser (2012), o populismo pode ser visto como algo negativo quando acaba minando elementos burocráticos da democracia, como o Estado de Direito e os direitos humanos. Assim, como argumentam, muito do que vemos hoje em dia refere-se à uma transformação radical da cena política provocada por partidos extremistas que podem realmente pôr em perigo a democracia.

No Brasil, tal movimento político voltou a emergir³ em 2013, a partir das “Jornadas de Junho de 2013”, quando manifestações levaram milhares de pessoas às ruas desencadeando discursos conservadores extremistas (LACERDA, 2019). Porém, foi em 2018 que o populismo de direita começou a colocar efetivamente em prática o seu projeto político, com a eleição de Jair Messias Bolsonaro. A partir desse momento, percebemos o fortalecimento de ações de cunho nacionalista conservador, como propostas governamentais de liberação e facilitação do porte de armas, militarização de escolas públicas e o crescente protagonismo dos militares no governo.

Dentro desse contexto é preciso considerar a nossa trajetória sócio-histórica. A este respeito, cabe destacar que o Brasil sempre foi governado por uma elite eurocêntrica branca que, até hoje, se apresenta como a verdadeira imagem do país (MARTINS FILHO, 2020). Essa elite sempre forjou alianças para garantir a manutenção do *status quo* e, desde muito tempo, tem incluído o uso de força militar para suprimir vozes dissidentes. Não obstante, foram as alianças com a cúpula das Forças Armadas Brasileiras, que permitiram as maiores interferências políticas a favor da manutenção deste mesmo *status quo* (SOUZA, 2021).

3 Importante reiterar que isso reporta sobre um novo momento no populismo brasileiro e não sobre seu surgimento no cenário nacional. Posto que, no Brasil, é possível considerar que o “ciclo populista” começou com a crise econômica dos anos 1930, junto com o fim da República Velha, terminando em 1964. Este amplo acordo temporal, em um período delimitado também por golpes de Estado, revela no que se refere à suposição de que o populismo é generalizado e possível, inclusive, sem um governo democrático (GOMES, 2001).

Em vista disso, no cenário atual, os militares são mais do que um aparato de coerção do Estado - eles são um elemento basilar à construção de uma ideologia, que se pretende hegemônica. No populismo de direita brasileiro, os militares e as Formas Armadas deixam de ser um instrumento de Estado para ser um instrumento de governo (SANTOS, 2021).

FUNDAMENTOS DO PROCESSO DISCURSIVO DE LEGITIMAÇÃO

Parece oportuno iniciar esclarecendo alguns dos conceitos basilares quando relacionamos legitimação à uma Análise Crítica do Discurso (ACD), dentro dos quais se destacam: ideologia, dominação, poder, hegemonia e discurso. Começemos pelo primeiro.

Aqui, adota-se a perspectiva de ideologia relacionando-a a formas de dominação, ou seja, ideologia como sendo as diferentes formas como o sentido de formas simbólicas -, e essas últimas podem ser linguísticas ou não linguísticas, como por exemplo ações, imagens, falas, textos - servem para estabelecer e sustentar formas de dominação. Em outras palavras, “ideologia é (produção de) sentido à serviço de formas de dominação” (THOMPSON, 1995, p. 81).

Por sua vez, podemos falar de dominação quando relações estabelecidas de poder são sistematicamente assimétricas, isto é, “quando grupos particulares de agentes possuem poder de uma maneira permanente, e em grau significativo, permanecendo inacessível a outros agentes, ou grupos de agentes, independentemente da base sobre a qual tal exclusão é levada a efeito” (THOMPSON, 1995, p. 79-80). Dominação é, de maneira mais ampla, o poder que foi legitimado (WEBER, 2002), e de forma mais específica, a distribuição assimétrica e sistemática de poder e de recursos (THOMPSON, 1995), como, por exemplo, no Ocidente, observamos nas relações sociais entre homens e mulheres⁴, brancos e negros, heterossexuais e homoafetivos, ricos e pobres, moradores de metrópoles e camponeses ou indígenas e assim por diante.

⁴ Para uma discussão aprofundada ver “A dominação masculina” de Bourdieu (2019), na qual o autor discute, sob o prisma da violência simbólica, mecanismos históricos de dominação que se naturalizam através de estruturas de divisão sexual.

Já poder, partindo de Weber (2002), é a capacidade verificada dentro de uma relação social, que permite a alguém (ou um grupo) impor a sua própria vontade sobre outra pessoa (ou outras pessoas). Não obstante, para “a ACD o poder é temporário, com equilíbrio apenas instável. Por isso, relações assimétricas de poder são passíveis de mudança e superação” e no cerne de tal entendimento está a relação entre poder e hegemonia (VIEIRA; RESENDE, 2016, p. 26).

Grupos particulares para se manter no poder, ou seja, assumir uma posição hegemônica precisam estabelecer e sustentar liderança política e intelectual na vida social travando o que seria uma luta hegemônica (GRAMSCI, 1994). Uma posição hegemônica é igualmente instável e para mantê-la é preciso criar formas de estabilizá-la (FAIRCLOUGH, 2019). Nesse sentido, é preciso ponderar que a hegemonia é estabilizada muito mais pelo consenso do que pela força e, sob essa ótica, o consenso é algo que pode ser construído pelo (e através) do discurso (FAIRCLOUGH, 2019).

Discurso, sob uma perspectiva alargada, é aquilo que tanto produz ideologia como a mantém (FAIRCLOUGH, 2019), e de forma mais particular, discurso significa formas institucionalizadas (de interpretar a realidade, de interagir com os outros) que não apenas representam o que está acontecendo, mas também atribuem propósitos - justamente - para legitimar o que está acontecendo (VAN LEEWVEN, 2008). E, seguindo essa perspectiva, o populismo pode ser entendido como um discurso (WODAK, 2015).

LEGITIMAÇÃO NOS ESTUDOS ORGANIZACIONAIS

O conceito de legitimidade teve um papel importante a partir das análises sociológicas. Especialmente com base no trabalho seminal de Weber (2002), estudiosos das organizações transformaram a legitimidade em um ponto de ancoragem de um aparato teórico amplamente expandido, abordando forças normativas e cognitivas que restringem, constroem e capacitam atores organizacionais (VAARA, 2014).

Duas abordagens basilares a respeito do conceito de legitimidade podem ser encontradas nos estudos sobre organizações, uma estratégica e outra institucional

(SUCHMAN, 1995). A primeira compreende o processo de legitimação como algo intencional e calculado. Com ela as análises retratam a legitimidade como um recurso que as organizações extraem de seus ambientes culturais e que empregam em sua busca de seus objetivos. Em contraste com esta tradição, pesquisadores institucionais retratam a legitimidade não como um recurso operacional, mas como um conjunto de crenças constitutivas. Definições culturais determinam como a organização é construída, como é executada e, simultaneamente, como é entendida e avaliada. Dentro desta tradição, legitimidade e institucionalização seriam virtualmente sinônimas (SUCHMAN, 1995).

Embora “legitimidade” tenha sido uma temática importante em várias correntes de pesquisa em estudos organizacionais, Vaara, Tienari e Koveshnikov (2019) argumentam que nesse campo de estudos, ainda hoje, existem poucas análises focando-se explicitamente no ‘processo de legitimação’. Entre tais trabalhos, destacam-se os de Hybels (1995), para quem a legitimação é uma ferramenta conceitual maleável e abstrata e, que por isso, é importante estudá-la sempre a partir da relação com detalhes e situações concretas e específicas olhando-se, por exemplo, o conteúdo das comunicações entre os atores envolvidos. Ressaltam-se também os estudos de Suchman (1995), que corroboram para o nosso entendimento à medida que esclarecem que para se observar o processo de legitimação é preciso partir da questão “legitimidade para quê?”. Para esse autor, o processo de legitimação envolve a busca de legitimidade por parte das organizações por várias razões, sejam elas para manter sua continuidade (o que permite que possam se autorreplicar), para conseguir credibilidade (justificando o que estão fazendo), para obter apoio passivo (esclarecendo que sua existência faz sentido) ou ainda para obter apoio ativo (evidenciando que sua existência tem valor).

Embora esses estudos tenham contribuído significativamente para o nosso entendimento, percebe-se que não há um aprofundamento na exploração sobre os processos e práticas envolvidos. Ainda que esforços para se compreender a legitimação tenham envolvido elementos como a retórica no processo de legitimação (PATALA et al., 2019), ou mesmo que a legitimação envolve adaptação de discursos mais amplos às necessidades locais (CREED; SCULLY; AUSTIN, 2002), sabemos pouco sobre os processos discursivos envolvendo

o processo de legitimação (VAARA; TIENARI; KOVESHNIKOV, 2019). Por essa razão, este artigo toma a Análise Crítica do Discurso como base metodológica para analisar como o populismo de direita articula discursivamente o processo de legitimação da militarização.

PERSPECTIVA DA ACD SOBRE LEGITIMAÇÃO DISCURSIVA

As abordagens discursivas têm se tornado cada vez mais populares nas ciências sociais, sendo também o caso com estudos de organização (RODRIGUES; DELLAGNELO, 2013; SILVA; GONÇALVES, 2017), especialmente porque o estudo de fenômenos linguísticos pode colaborar para a compreensão da (re)produção ideológica em discursos organizacionais, bem como evidenciar sobre como fenômenos da linguagem podem contribuir para a formação das organizações (ver FAIRHURST; PUTNAM, 2004).

A ideia central em torno da relevância dos estudos críticos do discurso é que o uso situado da linguagem, ao produzir textos, tem efeitos causais, gerando mudanças em nosso conhecimento a respeito do mundo e, conseqüentemente, em nossas crenças e atitudes (FAIRCLOUGH, 2019). Dessa forma, a ACD se revela como aparato para a explanação de problemas sociais particulares quando defende que a linguagem mantém um tipo especial de relação com outros elementos sociais, já que os textos que formulamos não são apenas efeitos das situações sociais imediatas em que ocorrem, mas também têm efeitos sobre elas. Para além disso, relacionam-se a conjunturas sociais mais amplas, visto que a vida social é um sistema aberto em que redes de práticas particulares configuram conjunturas e as práticas em articulação se influenciam mutuamente (HARVEY, 1992).

A partir desta perspectiva, a legitimidade pode ser vista como um senso (ou consenso) criado discursivamente com base na aceitação de discursos específicos. Mais especificamente, é o discurso e as suas características que definem o que pode ser considerado legítimo ou mesmo ilegítimo. Por exemplo, sob certa perspectiva ideológica (populista) a militarização faz sentido, por estar relacionada à ideários de eficiência organizativa, já sob uma perspectiva humanista ela pode ser vista como uma forma antidemocrática, por limitar formas de expressão plurais.

Mas o que surge como mais relevante a esse debate, é que a perspectiva da ACD permite mudar a atenção da legitimidade estabelecida para os “processos” de legitimação, examinando as práticas e estratégias discursivas concretas (VAARA; TIENARI; KOVESHNIKOV, 2019). Isso significa que podemos analisar como atores específicos tentam persuadir, por meio de vários tipos de movimentos discursivos, atos ou ações que passam a ser racionalizados como positivos para uma comunidade específica (VAN LEEUWEN, 2007). Em contraste, outros podem ser construídos moralmente como negativos. Nessa perspectiva, o processo de legitimação não lida apenas com o fenômeno, ação ou prática específica em questão, como por exemplo a militarização “da educação pública”, ele vai além, pois está ligado à obtenção e a manutenção de poder de determinados grupos sociais.

Embora existam várias maneiras de examinar os processos discursivos de legitimação, Theo van Leeuwen representa um dos autores que foi mais longe no desenvolvimento de uma proposta nesse sentido. Van Leeuwen (2007, p. 91) desenvolveu “um quadro para analisar a forma como os discursos constroem legitimação nas práticas sociais de comunicação pública, bem como na interação cotidiana”, a partir de quatro “categorias de legitimação” quais sejam: (a) Autorização: legitimação por referência à autoridade da tradição, costumes e direito, e de pessoas a quem é conferida autoridade institucional de algum tipo, (b) Avaliação moral: legitimação por referência (frequentemente ligada) aos sistemas de valores, (c) Racionalização: legitimação por referência aos objetivos e usos da ação social institucionalizada, e à sociedade do conhecimento construída para dotá-los de validade cognitiva e (d) *Mythopoesis*: legitimação transmitida através de narrativas cujos resultados buscam recompensar ações legítimas e punir ações não legítimas. A tabela 1, a seguir, traz o resumo do quadro das categorias propostas pelo autor que são utilizadas nesse estudo.

Tabela 1: Categorias de análise do processo de legitimação

Categoria de Legitimação	Definição Geral	(Sub) Categoria	Definições por subcategorias	Expressões no texto	Exemplos (do autor)
--------------------------	-----------------	-----------------	------------------------------	---------------------	---------------------

Racionalização instrumental	No texto isso terá a seguinte construção: i) uma ação que é geradora de algo + ii) um elo de propósito (como a preposição "para") + iii) o propósito em si ligado a ideia de (meios/fins).	Objetivo	O foco da ação é na pessoa. Aqui ela/ele faz algo para alcançar alguma coisa que pode estar explícita ou oculta.	Para, com a finalidade de.	<u>Seu filho</u> tem que apreender a controlar a agressividade para ser aceito.
		Meio	O propósito é construído com base na ação. A ação serve como um meio para um fim.	Para, por meio de, através, com o objetivo de.	<u>Apreendendo a controlar</u> a agressividade, seu filho será aceito.
		Uso	Aqui a ação aparece como uma ferramenta para atingir um objetivo.	Usada para, utilizado.	O registro também <u>pode ser usado</u> para encorajar as crianças [...]
		Potencial	O foco é no potencial da ação que irá facilitar, permitir, promover, ensinar e etc. (tal coisa)	Ajuda, facilita, constrói.	As experiências com alunos com dificuldade <u>ajudarão</u> a definir os princípios [...]
		Efeito	Enfatiza o resultado das ações. É como se os envolvidos pudessem "prever" o resultado do que vai acontecer.	Para que, desta forma.	Seu filho tem que aprender a controlar a agressividade <u>para que os outros</u> o aceitem
Moral	É a legitimação por referência a valores morais.	Avaliação	É a legitimação por referência a sistemas de valor. Aqui olha-se, especialmente, para os adjetivos "eles são a ponta do iceberg" dos valores morais (submersos)	Certo e errado, bom e mau, normal, natural.	É <u>natural</u> que os primeiros dias sejam os mais difíceis.

Abstração	<p>Refere-se as práticas de maneira abstrata as moralizam destilando uma qualidade que se vincula a um discurso de valores.</p> <p>Em vez de dizer "a criança vai para a escola pela primeira vez" a abstração diria (ver exemplo ao lado) ligando ao discurso da independência.</p>	<p>A criança <u>adquire independência.</u></p>
Analogia	<p>Quando uma atividade pertencente a uma prática social é descrita em termos de outra prática. Isso pode ser feito para gerar um efeito positivo ou negativo.</p> <p>Para se referir ao 'primeiro dia de aula' pode usar algo como "como um adulto começando um emprego novo",</p>	<p>"Ir para escola se tornará tão automático quanto <u>escovar os dentes</u>"</p>

Fonte: Elaboração própria a partir de Van Leeuwen (2007, 2008).

Como se observará no material analisado, a gama de critérios morais se mostrou ampla e dependente das razões pelas quais a militarização era justificada. Quanto a legitimação pela racionalização, é relevante ressaltar que a sociedade impõe obrigações mais incisivas sobre as entidades que se apresentam como fornecedores de certos produtos e serviços particularmente importantes ou problemáticos socialmente (como no caso da educação), conseqüentemente aqueles que as promovem tendem a selecionar critérios racionais que são mais socialmente aceitos, tais como eficiência e melhores resultados.

O CASO: PECIM E A MILITARIZAÇÃO DE ESCOLAS PÚBLICAS

A militarização é um processo discursivo de alinhamento cultural, institucional, econômico e social (JOHNSON, 2019) bem como de práticas, as quais são unificadas com a intenção de ganhar aceitação popular quanto ao uso de abordagens militares para resolver problemas e questões sociais (RECH et al., 2014). De sorte que ela vai muito além das forças armadas e os militares impactando e moldando a vida cotidiana das pessoas. A militarização

legítima comportamentos, bem como o modo de operação das instituições que podem ser capitalizadas como forma de perpetuar determinado poder estatal (JOHNSON, 2019).

Com a posse em 16 de julho de 2020 de Milton Ribeiro no Ministério da Educação, já eram 11 ministros com histórico militar, dentro de um universo de 22 pastas com tal prestígio. E conjuntura não se restringe a isso: em janeiro de 2020 militares foram alocados para atuar no Instituto Nacional do Seguro Social (INSS); no final do mesmo mês assumiram o controle de várias áreas da Caixa Econômica Federal; em setembro de 2020, em meio a um cenário de grave pandemia, foi posto sob a gestão do Ministério da Saúde um general e não de um profissional da saúde; meses antes o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) se tornaram subordinados ao Exército; no primeiro semestre de 2021 outro general assumiu o comando da Petrobras, uma das maiores empresas de exploração e produção de petróleo do mundo. É dentro deste contexto que se insere o Programa das escolas cívico-militares (Pecim).

O Pecim já era parte de uma proposta eleitoral. Em 2018, o então candidato, e atual presidente da república, prenunciava em seu material de campanha: “teremos em dois anos um colégio militar em todas as capitais de Estado” (BRASIL, 2018, n.p.). Todavia, as formas organizativas que vemos em implementação atualmente - ou seja, as escolas cívico-militares - são diferentes dos colégios militares, citados acima.

Os colégios militares são, atualmente, quatorze unidades no Brasil e foram fundados sobretudo entre os anos 1950 e 1970; Tais colégios possuem autonomia para elaborar seus próprios currículos, e a maior parte dos alunos são filhos de militares (SAUER, 2019). Os civis interessados em ingressar nas instituições são submetidos à uma prova que seleciona os alunos que obtiverem as notas mais altas. Seus professores recebem melhores salários que os das escolas públicas estaduais ou municipais. Além disso, são locais que, normalmente, possuem estruturas diferenciadas como laboratórios de química e de robótica e quadras poliesportivas. Estes colégios contam com recursos do Ministério da Educação (MEC) e do

Ministério da Defesa, sendo que cada aluno de um colégio militar custa, em média, três vezes mais do que um estudante de uma escola pública regular (valores de referência).

Já as escolas cívico-militares (Ecim) fazem parte do atual Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares, desenvolvido pelo Ministério da Educação em parceria com o Ministério da Defesa.

Segundo informações do site do MEC, as escolas cívico-militares apresentam “um conceito de gestão” nas áreas educacional, didático-pedagógica e administrativa com apoio *in loco* de militares da reserva. Esse modelo de escola, conforme aponta o MEC, “tem o objetivo de melhorar o processo de ensino-aprendizagem nas escolas públicas e se baseia no alto nível dos colégios militares do Exército, das Polícias e dos Corpos de Bombeiros Militares” (BRASIL, 2021b). O “público-alvo” são alunos do ensino regular nas etapas Ensino Fundamental II, que vai do sexto ano até o nono ano, e/ou Ensino Médio.

Poderão aderir ao programa os estados que possuem escolas que atendam a critérios, tais como: devem pertencer a uma situação de vulnerabilidade social; precisam ter tido baixo desempenho no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb); devem estar localizadas na capital do estado ou na respectiva região metropolitana e, preferencialmente, deve atender de 500 a 1000 alunos.

Assim, uma promessa eleitoral – que anunciava “teremos em dois anos um colégio militar em todas as capitais de Estado” (BRASIL, 2018, n.p.), afirmava que o “Conteúdo e método de ensino precisam ser mudados. Mais matemática, ciências e português, sem doutrinação e sexualização precoce” (BRASIL, 2018, n.p.), e sustentava que para “mudar o método de gestão, na Educação também precisamos revisar e modernizar o conteúdo [o que] inclui a alfabetização, expurgando a ideologia de Paulo Freire” (BRASIL, 2018, n.p.) - culminou no decreto nº 10.004, de 5 de setembro de 2019 que efetivamente instituiu o Pecim.

Ainda em 2020, as poucas informações por parte dos órgãos responsáveis acabaram se tornando mais explícitas através do ‘Manual das Escolas cívico-militares’. Indisponível publicamente até janeiro de 2020, ele já vinha sendo distribuído, quase exclusivamente, para

as secretarias estaduais de educação. Somente depois do Ministério da Educação ser acionado, através da Lei nº 12.527 - Lei de Acesso à Informação (LAI), que o manual foi disponibilizado de forma pública.

No final de 2019 as escolas interessadas se candidataram, e em fevereiro de 2020 o governo divulgou a lista com 53 escolas aprovadas. O programa foi lançado com a proposta de implantar 216 escolas cívico-militares em todo o país até 2023, sendo 54 por ano. Contudo, a lista disponível no site do MEC apresentava, já em 2021, um número maior de escolas em processo de militarização.

No que tange a atuação dos militares, o MEC informa que os mesmos participarão da “gestão” a) de processos didático-pedagógicos através da promoção de atividades de apoio ao processo de ensino-aprendizagem, b) na da gestão de processos administrativos através da promoção de atividades com vistas à otimização dos recursos materiais e financeiros da unidade escolar e ainda na c) gestão de processos educacionais através da promoção de atividades com vistas à difusão de “valores humanos e cívicos para estimular o desenvolvimento de bons comportamentos e atitudes do aluno” (BRASIL, 2021a, p. 44).

MÉTODO

Para esse estudo foram selecionados materiais provenientes de sites oficiais que dão suporte ao programa, como o site do Ministério da Educação e das Forças Armadas. Foram analisados também conteúdos audiovisuais, derivados de responsáveis diretos pelo programa, como o canal de YouTube do então ministro da educação Abraham Weintraub, bem como o canal de YouTube do Governo Federal (TV BrasilGov). Por fim, complementam o conteúdo textual analisado os dois manuais elaborados pelo Ministério da Educação, que preveem as diretrizes de implementação do Pecim dentro das escolas. A lista integral dos textos analisados é detalhada na tabela 2.

O período de seleção e coleta dos textos ocorreu entre junho e agosto de 2021 e o caminho percorrido para delinear o *corpus* dessa pesquisa seguiu a proposta de Van Leeuwen (2008). Com base nela, a delimitação se deu à medida em que todos os textos analisados expressam sobre a mesma prática social ou parte dela, no caso desse estudo, a militarização

envolvendo escolas civis. Sobre isso, esclarece o autor, que mesmo que se trabalhe com textos genericamente diversos, para a constituição do *corpus* de pesquisa, é importante que eles se mostrem unidos "no sentido de que todos esses textos representam a mesma prática social ou algum aspecto dela" (VAN LEEUWEN, 2008, p. 6).

Tabela 2: *Corpus*

Gênero	Modalidade	Fonte e referência	Codificação do texto	Endereço eletrônico
Site	Escritos	Site do Ministério da Educação (BRASIL, 2021b)	2, 5, 6 e 8	https://bit.ly/3hNQ2AW (texto 2)
				https://bit.ly/3euQxxD (texto 5)
				https://bit.ly/3wKTUXx (texto 6)
				https://bit.ly/3ijseEd (texto 8)
Regulamento	Escritos	Manual das escolas cívico-militares Primeira Edição (BRASIL, 2020)	1 e 9	https://bit.ly/3sz8K32
Regulamento	Escritos	Manual das escolas cívico-militares Segunda Edição (BRASIL 2021a)	7	https://bit.ly/3hKmYdt
Canal	Audiovisual	Fala do ex-ministro da Educação responsável pela criação do Pecim (ESCOLAS, 2020)	3	https://bit.ly/36I0F1N
Canal	Audiovisual	Fala do Presidente da República - Site da TV do Governo Federal TV BrasilGov (SOLENIDADE, 2020)	4	https://bit.ly/3xNuppP

Fonte: Elaboração própria.

Três etapas permearam essa análise: uma temática que envolveu o refinamento dos conteúdos centrais do material coletado, uma análise interdiscursiva na qual foram delimitados para essa discussão os tipos centrais de legitimação identificados e uma análise textual com foco nas estratégias de legitimação mais significativas ao debate proposto.

A análise das temáticas levou a compreensão de quais tipos de proposições estão sendo discutidas no que tange o Programa das escolas cívico-militares e quais tipos de tópicos parecem ser abordados de forma mais geral no que se refere à sua relação com o populismo brasileiro. Os temas mais importantes incluíram: a) valores morais e b) resultados (em termos de desempenho escolar, mas não só). Nesta fase, reduziu-se o material, destacando as partes dos textos que foram mais relevantes, o que significou selecionar peças de texto mais factuais para a discussão. Na segunda etapa, procedeu-se a uma análise interdiscursiva, tendo como foco os principais argumentos relacionados a esses temas. Na terceira, foi feita a análise textual quanto as estratégias de legitimação.

O foco foram os textos de autoria de órgãos do governo através de seus representantes diretos e indiretos, e não as estratégias empregadas por outros atores sociais como, por exemplo, os atores contrários ao programa (Pecim). A partir disso, foram analisadas e categorizadas as estratégias de legitimação utilizadas com base em sua importância discursiva relacionadas ao contexto do populismo.

ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

A análise e discussão dos dados será dividida em duas subseções conforme as temáticas mais evidenciadas no material analisado, sendo elas: a legitimação por avaliação moral e a legitimação por racionalização.

AVALIAÇÃO MORAL

A legitimação promovida através de valores morais foi, em muitos momentos, usada para fins de deslegitimação. Tal articulação pode ser considerada como uma subcategoria de análise denominada abstração moral, nela a “legitimação é essencialmente realizada por substituição [em nosso caso negação] ao invés de adição (VAN LEEUWEN; WODAK, 1999, p. 108). Isso ocorria de forma explícita quando os responsáveis pelo Pecim questionavam a legitimidade do modelo de educação civil ou mesmo a educação pública brasileira de forma mais geral, situações em que eles tendiam a aderir a valores entendidos como perdidos ou sob ataque.

Determinadas classes gramaticais foram elucidativas para esse tipo de análise, entre elas os adjetivos. Isso porque o valor moral pode ser afirmado por adjetivos valorativos tais como “bom e mau” ou seus sinônimos em perspectivas moralizantes, tais como adequado, apropriado e certo (VAN LEEUWEN, 2007). Em muitos casos eles eram usados para conferir qualidades e características à militarização das escolas.

Uma das formas como tal articulação se mostrou foi através do remetimento a discursos conservadores, com destaque àqueles que faziam apelo a necessidade de retorno a uma organização social percebida como perturbada em sua ordem natural. No âmbito dessa questão mostrou-se o aspecto da família tradicional, entendida como incapacitada, atualmente, em sua prática social. Nesse sentido, a legitimação moral estabelecia uma conexão lógico-semântica com os militares como os agentes capazes de tal resgate à medida em que eram promovidos a arquétipos parentais no sentido de servir de referência para os/as alunas (cf. ilustra o texto 1 a seguir).

A defesa da família tradicional, traz à tona o tema das tradições, que nas palavras de um expoente do conservadorismo reporta sobre “o conjunto de informações disponíveis para ajustarmos as nossas condutas, elas estão presentes na honra militar, na dedicação à família e na devoção à Deus” (SCRUTON, 2019, p. 41). Para o populismo de direita brasileiro, tal ajustamento de condutas se mostraria, atualmente, falho de modo que a militarização é moralmente justificada pela sua suposta capacidade de fornecer “referenciais” (cf. ilustra o 2 a seguir) promulgados como necessários a uma (re)articulação social. Essas são construções discursivas que podem ser identificadas nos fragmentos a seguir:

Texto 1: Eles [os militares] irão ajudar a reorganizar a escola, a contribuir na formação integral e a servir de referência para muitos alunos que infelizmente não possuem bons exemplos a seguir (BRASIL, 2020, p. 47).

Texto 2: Quando nós trazemos para dentro de uma escola, profissionais capacitados que passaram pelo menos 30 anos dentro de sua instituição sendo referência de valores, nós apresentamos a esses jovens modelos ou referenciais (BRASIL, 2021b, n.p).

Observa-se também que os adjetivos, “bom”, no sentido de servir como um bom exemplo (texto 1, utilizado no plural “bons”) ou ser um “modelo” (no caso “modelos”, como no texto 2) desempenham, ao mesmo tempo, um papel “designativo” e “atributivo”. Isso porque eles comunicam tanto a respeito da falta de qualidades concretas de ações - como a incapacidade de dar “bons exemplos a seguir” por parte das famílias, como remetem, indiretamente, a um elogio a algum domínio de valores específico, que promove a organização militar como uma “instituição sendo referência de valores” (texto 2).

Ainda, adjetivos modificam, ou servem para modificar, as ações ou reações de um grupo, tomando como referência uma prática, ao passo que agir de forma diferente disso seria uma ação e reação que estaria perturbando a ordem natural das coisas (VAN LEEUWEN, 2007). Eles têm a função gramatical de qualificar os substantivos que acompanham na sentença. No caso em questão, tais adjetivos fazem isso remetendo a um substantivo comum (que indica uma totalidade de seres de uma espécie ou designa uma abstração), como no caso de “militares”, que surge de forma implícita (texto 1). Esse conjunto de sujeitos (os militares) foi designado, em larga medida, por meio de analogias positivadas, como por exemplo, no excerto acima em que não são nomeados como “profissionais” (texto 2). Nesse momento observa-se uma transferência de atributos, daquele que é entendido como um agente possuidor de habilidades apropriadas para o bom exercício de uma determinada atividade (o profissional) para o substantivo comum “militar”. Em outras palavras, ao relacionar a palavra “militar” com “profissional”, cria-se uma cadeia de significados que circunscreve a imagem do militar como aquele que é capaz, competente e qualificado para o exercício de determinada função (seja ela qual for).

No texto 2 a legitimação moral também se mostra na relação semântica em que se estabelece entre “profissionais capacitados” com a instituição a qual fazem parte, no caso a organização militar definida como uma “instituição sendo referência de valores”. O processo de legitimação moral recorre tanto ao sujeito militar referido como um profissional capacitado quanto a organização militar como uma “referência de valores”. O texto 2 também relaciona isso à uma questão temporal, como se lê em “30 anos dentro de sua instituição sendo referência de valores” uma vez que os militares que atuarão dentro das Ecim não estão

mais na ativa, mas não só. A referência ao tempo também se encontra na palavra “profissionais” através da conjunção “que”, e surge como um elemento explicativo/justificador ao termo “capacitados”. Ou seja, sua experiência (“profissional”) de longa data (“pelo menos 30 anos”) em uma instituição (“de referência em valores”) legitima que sejam os militares os melhores “modelos ou referenciais” para os jovens brasileiros.

A militarização das escolas também se mostrou legitimada como sendo uma espécie de “antídoto” contra valores considerados como negativos e/ou degenerativos da ordem social, conforme textos 3 e 4 a seguir:

Texto 3: Certos limites precisam ser resgatados infelizmente pela PM ou pelas forças armadas porque a nossa sociedade foi esgarçada pelo marxismo cultural [...] aí quando você resgata a disciplina militar isso dá uma estancada [...] somos um governo eleito por uma maioria conservadora (ESCOLAS, 2020).

Texto 4: O que nós, realmente como integrantes do executivo, temos que fazer pela educação é dar-lhes bons ensinamentos para que possam no futuro ser bons profissionais e não excelentes militantes (SOLENIDADE, 2020).

No texto 3 o uso da conjunção “porque” estabelece uma relação de explicação entre a primeira oração - que faz referência à ideia de certos “limites”, entendidos como perdidos e que “precisam ser resgatados” - com a expressão linguística “marxismo cultural”. Além disso, a construção textual imputa como agentes possíveis para tal tarefa, através da preposição “pelas” (preposição por + elas), à “PM” (polícia militar) ou as “Forças Armadas” (texto 3).

Uma expressão linguística ocorre quando um termo ou frase assume significado diferente daquele que as palavras teriam isoladamente, de modo que sua interpretação é captada na sua totalidade. Quanto a expressão linguística “marxismo cultural” (texto 3), muito do que se é dito sobre isso, no que tange ao campo da educação, é imputado ao educador brasileiro Paulo Freire (ALVES; SEGATTO; PINEDA, 2021). Torna-se relevante a esse debate considerar que o discurso populista, ao fazer uso desse recurso linguístico, reporta sobre uma linha de pensamento em que a cultura e a moralidade estariam sendo destruídas pelo “politicamente correto”. Em outras palavras, no marxismo cultural pensadores e ativistas de

esquerda, referidos como “militantes” (texto 4), teriam como alvo uma agenda política oculta que busca destruir as tradições e os valores ocidentais. Nesse sentido, o “politicamente correto” seria uma estratégia dos marxistas em sua luta revolucionária que teria migrado da dimensão econômica para a dimensão cultural (MARTINS FILHO, 2021). Ainda dentro dessa perspectiva, como se observa na fala do ex-ministro, Abraham Weintraub (texto 3), os militares e a organização militar surgem como aqueles capazes de “dar uma estancada” a esse quadro social.

Nesse interim, o populismo promove a apropriação da imagem do sujeito militar como um representante simbólico, ou seja, ele assume o lugar (re)organizador da lei e da ordem, entendidas como deterioradas com as mudanças sociais das últimas décadas. Ele é, no contexto brasileiro vigente, a materialidade do “cidadão de bem” (posição existencial combativa que reivindica a defesa de uma moral conservadora) possuindo, portanto, manifesto valor simbólico no processo de legitimação moral pelo que sua imagem representa - enquanto ideal neoconservador -, como vemos no texto “somos um governo eleito por uma maioria conservadora” (texto 4).

Ideal este que, em certa medida, reporta sobre uma forma de manutenção de uma supremacia branca, masculina e heteronormativa (AZEVEDO; ROBERTSON, 2021), ao passo que a legitimação moral se relaciona à manutenção de estratificações seculares geradas pelas relações de propriedade, parentesco, casta, raça, gênero, sexualidade e idade.

O populismo de direita no Brasil parece usar a militarização como um tipo de moralismo compensatório por tudo que se entende como perdido e que deve ser resgatado. Isso é articulado como um artifício em defesa de valores tradicionais e serve como instrumento para reversão de ganhos universais das últimas décadas, bem como fornece “respostas” que justifiquem mudanças regressivas nas políticas públicas, como no caso desse estudo, a militarização de escola civis como uma proposta de/para melhoria da educação brasileira como um todo.

RACIONALIZAÇÃO

No discurso populista a moralização e a racionalização mantêm-se à pouca distância uma da outra. No caso da racionalização, a moralidade permanece oblíqua e submersa, ainda que nenhuma racionalização possa funcionar como legitimação sem ela (VAN LEEUWEN, 2007, 2008).

Van Leeuwen (2007) distingue dois tipos principais de racionalidade, a instrumental e a teórica. Para fins dessa análise, este artigo concentra-se na primeira. A racionalidade instrumental legitima as práticas por referência aos seus objetivos, usos e efeitos. De modo geral, a racionalização é a legitimação por referência à utilidade, ou seja, algo “serve” para alguma coisa. Na racionalidade instrumental, os propósitos são construídos no discurso a fim de explicar porque acontecem determinadas práticas sociais e porque assumem as formas que assumem. Com base nela serão respondidas questões tais como: “Qual é o objetivo da militarização de organizações escolares civis?”, “Qual é o propósito de dar a organização escolar uma forma militarizada?”.

Nesse estudo, a racionalização instrumental se mostrou através dos benefícios ou resultados que a militarização cria nos níveis de classificação das escolas. Uma série de expressões enfatizando a eficácia e a utilidade da militarização foram identificadas. Essas são construções que se mostraram nos textos a partir do que Van Leeuwen (2007, 2008) define como subcategorias da racionalidade instrumental, entre elas aquela que se centra na utilidade imediata da ação ou então no potencial de utilidade que determinada ação possui. Quanto a essa última, ela pode vir relacionada a expressões textuais potencializadoras, tais como “permitir”, “promover”, “ajudar”, “ensinar”, “construir” e “facilitar” (ver texto 5). Nela a ação é justificada porque carrega consigo a capacidade de “servir para alguma coisa”, como observa-se nos textos a seguir:

Texto 5: O Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares tem o objetivo de implementar o modelo cívico-militar em 216 escolas em todo o país até 2023. No programa, os militares atuarão como monitores em três áreas: educacional, didático-

pedagógica e administrativa. Eles ajudarão os civis a realizar uma gestão de excelência nas instituições de ensino (BRASIL, 2021b, n.p.).

Texto 6: O conteúdo que é aplicado a essas escolas cívico-militares são voltados ao civismo, ao patriotismo, à hierarquia, à disciplina, à ordem unida [...] “Acreditamos que esse modelo, o de educar com esses valores, civismo, patriotismo, faz com que o cidadão passe a ter consciência [no sentido de facilitar, ajudar ou construir] do seu papel dentro da sociedade. E é isso que faz mudar uma nação (BRASIL, 2021b, n.p.).

No texto 6 é possível observar que a coesão textual é estabelecida através de uma característica relevante dentro do processo de militarização atual, ou seja, sua orientação ao militarismo. Isso evidencia-se no material à medida em que se cria uma conexão lógico-semântica entre conteúdos ligados ao ambiente militar, “ao civismo, ao patriotismo, à hierarquia, à disciplina, à ordem unida” (texto 6), com a ideia de um cidadão melhor, em outras palavras, alguém que se torna consciente e que passa a “ter consciência” social (texto 6) e, portanto, alguém melhor “ajustado” socialmente. A militarização neste sentido serviria para criar um sujeito social “melhor” que possibilitaria “mudar uma nação” (texto 6). Mas o que seria esse sujeito melhor? Vários elementos no texto podem ser destacados para esta reflexão, todavia, por questão de espaço e priorização, observemos o elemento “disciplina” (texto 6).

Weber (1982, p. 293) evidencia que “de todas as forças que diminuem a importância da ação individual a mais irresistível é a disciplina”, seu conteúdo é exclusivamente a execução da ordem recebida, “coerentemente racionalizada, metodicamente treinada, e exata, na qual toda crítica pessoal é incondicionalmente eliminada”. Para que a disciplina seja posta em prática, é decisivo que a obediência de uma pluralidade de pessoas seja racionalmente homogeneizada (WEBER, 1982). Assim, retomando a questão acima, esse sujeito social seria aquele que se encontra racionalizado dentro de práticas de obediência, um sujeito acrítico, homogeneizado e tutelado pelas forças militares ou por demais agentes de poder, não obstante poder estatal.

Como comentou-se antes, no conteúdo implícito do material analisado está o militarismo. No que tange a legitimação por racionalização, esse é um elemento significativo, pois através dele agregam-se ideais de eficiência e eficácia que somente poderiam ser alcançados através de uma ação/interação militar junto à sociedade civil. Isso se mostra no primeiro texto (texto 5) à medida que a coesão textual é construída através da narrativa de que os militares são agentes superiores em capacidade de gestão do que os cidadãos civis, por isso eles “ajudarão” (texto 5) esses últimos a realizar uma “gestão de excelência” (texto 5).

Implícito a isso, está a concepção de que, independente da área de atuação a ação de militares é superior em termos administrativos. Isso porque, sob a perspectiva militarista, o sujeito militar e a organização militar são qualificados em si e por si próprios.

Como observa Silva (2014), no contexto brasileiro, partidários do militarismo costumam enfatizar os avanços em termos materiais conseguidos durante a ditadura, tais como o equilíbrio das finanças públicas, o aumento da segurança e da ordem, as grandes obras de urbanização e de infraestrutura. Agrega-se a isso o ideário de que fora do contexto militar há corrupção e que aquilo que é feito por militares é mais eficiente. Um exemplo atual disso mostra-se nas várias ocasiões em que o atual presidente “defendeu a expertise dos militares na gestão pública, em detrimento dos políticos e técnicos civis” (SANTOS, 2021, p. 198).

Também a “racionalização instrumental aparece, à primeira vista, como simples justificação racional de práticas ou partes de práticas por referência ao propósito ou a função que servem, ou as necessidades que atendem, ou a efeito positivo que eles terão” (VAN LEEUWEN; WODAK, 1999, p. 105). No texto 5, os militares têm a função de ajudar “os civis” a alcançar melhores patamares de competência para a organização escolar. Já o texto 6 não se refere diretamente a figura do militar, mas aos efeitos que práticas e valores marciais como o “patriotismo, à hierarquia, à disciplina, à ordem unida” são capazes de produzir “consciência social”. Da mesma forma que os militares, os valores militares podem ser racionalizados a partir das necessidades que eles podem vir a atender, tal como não “permitir que o incorreto passe a ser visto com normalidade”, conforme evidencia o texto 7 a seguir:

Texto 7: A inversão de valores aflora em muitos aspectos, e as instituições escolares, participantes desta sociedade, precisam, constantemente, educar os seus alunos para mudar esse cenário e não permitir que o incorreto passe a ser visto com normalidade (BRASIL, 2021a, p. 79).

O processo de legitimação por meio da racionalização, neste último texto, deixa explícita que a utilidade da militarização pode estar acoplada a aspectos morais. A este respeito é possível observar que é comum a intersecção entre a racionalização e a moralização. Todavia é preciso observar que nem todos os propósitos/objetivos servem para legitimações de forma racionalizada. Para servirem a um processo de legitimação por racionalização, essas construções podem certamente conter um “propósito” moral, mas o fundamento de sua legitimação é estratégico-utilitarista (VAN LEEUWEN; WODAK, 1999). Mais especificamente, isso ocorre através da promoção de que a militarização de escolas públicas é útil porque melhoraria a educação como um todo. Isso inclui tanto as práticas educacionais em si como a educação enquanto fator formador dos sujeitos que passam a ter “consciência” social (texto 6), que não vejam o “incorreto” como algo normal (texto 7) e assim por diante.

Ainda, na legitimação pela racionalização os discursos pretendem “explicar” (responder o porquê) a natureza de atores sociais ou as razões de certas ações são articuladas com fins de legitimar determinadas práticas sociais (VAN LEEUWEN, 2007), de modo que, para observamos como a militarização é legitimada, temos que buscar compreender como os textos respondem, explícita ou implicitamente, por que deveríamos aceitar tal injunção.

De modo geral, nos textos os promotores da militarização tendiam a colocar em contexto exemplos particulares estabelecendo entre eles uma relação de equivalência, como se fossem situações iguais e passíveis de comparação. Para tanto, invariavelmente comparam o modelo de educação dos colégios militares, assim, tendiam a se referir a outras realidades em termos de exemplaridade e comparação, como destacado a seguir:

Texto 8: No Pecim, o modelo de escola a ser implementado tem por objetivo melhorar o processo de ensino-aprendizagem nas escolas públicas e se baseia no alto nível dos

colégios militares do Exército, das Polícias e dos Corpos de Bombeiros Militares (BRASIL, 2021b, n.p.).

Esses textos, normalmente, constroem a ideia de que as organizações escolares militares e civis são semelhantes, uma vez que se situam na mesma área de atuação. Aqui, uma visão mais acurada, que enfatizaria as características específicas e únicas de cada modelo, é dissimulada. Os argumentos presentes nos textos analisados (texto 8) centralmente se focam no bom desempenho em avaliações nacionais e no ambiente escolar, voltando-se à formação do estudante. Para tanto, recorriam à índices como elementos racionalizados de justificação, em especial comparando a média geral das notas obtidas pelas escolas do país no último Índice de Desenvolvimento da Educação Brasileira (Ideb) entre as escolas militares e a escolas públicas civis. Os textos ignoravam o fato de os colégios militares atraírem um perfil mais exclusivo de estudantes. O fato de receberem recursos financeiros superiores aos das escolas públicas também não foi comentado.

Mas a racionalização, sendo ela “uma cadeia de raciocínio que procura defender, ou justificar, um conjunto de relações ou instituições sociais, e com isso persuadir uma audiência de que isso é digno de apoio” (THOMPSON, 1995, p. 82), também pode estar nas pequenas coisas.

A respeito disso é oportuno refletir que a legitimidade pragmática (no caso a racionalização) “é geralmente a forma mais fácil de legitimidade de se manipular” (SUCHMAN, 1995, p. 591). Normalmente, tal manipulação toma a forma de publicidade quanto às características promovidas como desejáveis de determinado produto ou serviço (SUCHMAN, 1995). Nos textos analisados, dentre as várias características manipuladas para a publicização da militarização, destaca-se, por exemplo, o aspecto ligado ao uso de uniformes com inspiração militar. Isso se mostrou presente em construções tais como:

Texto 9: O asseio e a boa apresentação devem ser buscados permanentemente. Deve ser estimulado no aluno o sentimento de orgulho em usar o uniforme, levando-o a compreender que ele é o principal divulgador da imagem da Ecim (BRASIL, 2020, p. 59).

Um exemplo ilustrativo em relação à isso pode ser visto na situação exemplificada por Flusty et al. (2008, p. 29): “imagens de aviões militares em uma sopa - que pode ser comercializada para mães e crianças como um alimento nutritivo - têm a função de enquadrar a sopa de tomate em termos de força militar, responsabilidade, e proezas tecnológicas”. Em outras palavras, em nosso debate isso significa considerar que a promoção de práticas aparentemente banais, como o uso de uniformes de inspiração militar, em referência a função a qual servem “divulgar a imagem da Ecim” (texto 9), e ainda aos efeitos positivos que irão gerar, como no caso o “orgulho” nos alunos que os usam, são também formas de legitimar a militarização. Ainda é oportuno refletir que a utilização de uniformes parece ir além da criação de referências, quando o que se procura instrumentalizar são as subjetividades. Isso porque, como desenvolve Goffman (1988) a uniformização, quando aplicada a alguns atores sociais, é uma forma de garantir a disciplina e o controle sobre esses mesmos atores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo buscou analisar as estratégias discursivas utilizadas para legitimar a militarização tomando como base o Programa das escolas cívico-militares, o Pecim. Em termos morais, os militares são reportados como “exemplos”, “modelos” e “referência”. Isso mostrou-se atrelado à uma ideia de ruptura de valores conservadores em que o núcleo familiar (tradicional) é entendido como, atualmente, desestabilizado.

Enquanto as famílias e os alunos são apontados com algum tipo de desajustamento, os militares recebem atributos valorativos ligando-os a ideias de distinção, decoro e respeitabilidade. A militarização, nesse sentido, é promovida como uma espécie de antídoto contra valores considerados degenerativos da ordem social.

Nesse sentido, o populismo de direita no Brasil, promove a legitimação da militarização como um tipo de moralismo compensatório por tudo que entende como perdido e que deve ser resgatado em termos de manutenção do *status quo*.

Já, no que diz respeito a racionalização, a legitimação se dá por referência à utilidade, em que algo ou alguém “serve” para alguma coisa. Com ela as questões a serem respondidas

reportariam sobre: “Qual é o objetivo da militarização de organizações escolares civis?”, “Qual é o propósito de dar à a organização escolar uma forma militarizada?”.

O populismo de direita responde a essas questões, destacando, por exemplo, os benefícios que a militarização cria nos níveis de classificação das escolas e da educação com um todo. Normalmente, isso foi justificado através da comparação de resultados do Ideb entre escolas militares e escola civis. Entretanto, trata-se de um artifício argumentativo dissimulado, uma vez que compara realidades sociais, culturais e econômicas de alunos e professores como se fossem iguais, obscurecendo as diferenças evidentes de contexto. Além disso, a militarização “serve”, utilitária e instrumentalmente, para criar um sujeito social superior, à medida que o torna “melhor ajustado socialmente”, o que seria possível através da introjeção de características derivadas do ambiente militar, como por exemplo a disciplina e a hierarquia. Assim, esse sujeito social melhor ajustado socialmente seria, em última instância, racionalizado dentro de práticas de obediência, conformadamente acrítico, homogeneizado e condicionado à tutela.

Essa análise é, de várias maneiras, apenas um começo. Espera-se abrir o debate para outras questões a serem levadas em consideração em pesquisas futuras. E, para além das estratégias de legitimação abordadas aqui, algumas lacunas que ficam abertas, seriam merecedoras de uma atenção mais focada. Seria interessante, por exemplo, estudar mais a fundo outras estratégias de legitimação como a narrativação (mythopoesis em VAN LEEWEN, 2007), em que através de contos moralizadores os protagonistas são recompensados por se envolverem em práticas sociais legítimas ou, ainda, processos de legitimação multimodal na qual a análise é feita através de artefatos visuais. Além disso, outra perspectiva de análise parece igualmente relevante, ou seja, como os próprios militares legitimam seus próprios ganhos (econômico, de poder, social, corporativo) apoiando tal movimento político?

Por fim, discursos podem restaurar ou justificar a manutenção de um *status quo* social, mas também contradiscursos podem ter um efeito sobre a transformação ou mesmo destruição de tal estado de coisas. Compreender como o populismo de direita brasileiro legitima discursivamente a atual militarização, assim como é legitimado por ela, parece

indispensável a todos que trabalham com estudos críticos em administração e além, uma vez que essas ideias influenciam as organizações e as formas de organização coletiva como um todo.

Ademais, entendemos que, como estudiosos críticos das organizações, temos contribuições para dar quanto à movimentos que sejam favoráveis a transformações sociais orientadas por valores de solidariedade, cooperação e baseadas em perspectivas humanistas (THIOLLENT, 2014), da mesma forma, consideramos que cabe a nós criticar formas que se afastem destes mesmos valores.

AGRADECIMENTOS

A autora agradece as contribuições anônimas recebidas durante o processo de avaliação desse artigo.

REFERÊNCIAS

ALVES, M. A.; SEGATTO, C. I.; PINEDA, A. M. Changes in Brazilian education policy and the rise of right-wing populism. **British Educational Research**, v. 47, n. 2, p. 332-354, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1002/berj.3699>

AZEVEDO, M. L. N. D.; ROBERTSON, S. L. Authoritarian populism in Brazil: Bolsonaro's Caesarism, counter-transformismo and reactionary education politics. **Globalisation, Societies and Education**, v. 1, n. 12, p. 191-212, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1080/14767724.2021.1955663>

BOURDIEU, P. A dominação masculina. São Paulo: Bertrand Brasil, 2019.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Colégios militares**: conheça os 14 colégios militares. Brasília: Ministério da Defesa / Exército Brasileiro, [s. d.]. Disponível em: http://www.eb.mil.br/web/ingresso/colegios-militares/-/asset_publisher/8E9mFznTIAQW/content/conheca-os-12-colegios-militar-1 Acesso em: 09 nov. 2021.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. **Brasil acima de tudo, Deus acima de todos**. Brasília: [s. n.], 2018. Disponível em: https://divulgacandcontas.tse.jus.br/candidaturas/oficial/2018/BR/BR/2022802018/280000614517/proposta_1534284632231.pdf Acesso em: 20 jul. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Manual das escolas cívico-militares**. Brasília: Ministério da Educação, 2020. Disponível em: <https://educacao.sorocaba.sp.gov.br/wp-content/uploads/2021/05/respostapedidoecimfinal.pdf> Acesso em: 02 de out. de 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes das escolas cívico-militares**. 2. ed. Brasília: Ministério da Educação, 2021a. Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/media/aceso_informacao/pdf/10DIRETRIZESPECIMVERSO_observaes_14072021convertido2.pdf Acesso em: 03 ago. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **O que é o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares?** Brasília: Ministério da Educação, 2021b. Disponível em: <http://escolacivicomilitar.mec.gov.br/> Acesso em: 03 ago. 2021.

BROWN, W. **Nas ruínas do neoliberalismo: A ascensão da política antidemocrática no Ocidente**. São Paulo: Politeia, 2019.

CREED, W. E. D.; SCULLY, M. A.; AUSTIN, J. R. Clothes make the person? The Tailoring of Legitimizing Accounts and the Social Construction of Identity. **Organization Science**, v. 13, n. 5, p. 475-496, 2002. DOI: <https://doi.org/10.1287/orsc.13.5.475.7814>

DE CLEEN, B.; GLYNOS, J.; MONDON, A. Critical Research on Populism: Nine Rules of Engagement. **Organization**, v. 25, n. 5, p. 649-661, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1177/1350508418768053>

ESCOLAS cívico-militares. [S. l.: s. n.], 2020. 1 vídeo (16min44seg). Publicado pelo canal Abraham Weintraub. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=vQ_8qRp8Mpl Acesso em: 05 nov. 2021.

FAIRCLOUGH, N. **Discurso e mudança social**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2019.

FAIRHURST, G. T.; PUTNAM, L. Organizations as discursive constructions. **Communication Theory**, v. 14, n. 1, p. 5-26, 2004. DOI: <https://doi.org/10.1111/j.1468-2885.2004.tb00301.x>

FLUSTY, S.; DITTMER, J.; GILBERT, E.; KUUS, M. Interventions in Banal Neoimperialism. **Political Geography**, v. 27, n. 6, p. 617-629, 2008. DOI: <https://10.1016/j.polgeo.2008.06.003>

GOFFMAN, E. **Estigma**: Notas sobre a manipulação da Identidade Deteriorada. 4. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GOMES, A. de C. O populismo e as ciências sociais no Brasil: notas sobre a trajetória de um conceito. In: FERREIRA, J. (Org.). **O populismo e sua história**: debate e crítica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. p. 17-58.

GRAMSCI, A. **Concepção dialética da história**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1994.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1992.

HENSMANS, M.; VAN BOMMEL, K. Brexit, the NHS and the double-edged sword of populism: Contributor to agonistic democracy or vehicle of resentment? **Organization**, v. 27, n. 3, p. 370-384, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1177/1350508419855699>

HYBELS, R. C. On legitimacy, legitimation, and organizations: A critical review and integrative theoretical model. **Academy of Management Proceedings**, v. 38, p. 241-245, 1995. DOI: <https://doi.org/10.5465/ambpp.1995.17536509>

INGLEHART, R.; NORRIS, P. Trump, Brexit, and the rise of populism: Economic have-nots and cultural backlash. **HKS Faculty Research Working Paper Series**, v. 1, n. 52, p. 1-52, 2016. Disponível em: <https://www.hks.harvard.edu/publications/trump-brexit-and-rise-populism-economic-have-nots-and-cultural-backlash> Acesso em: 15 nov. 2021.

JOHNSON, B. The erotic as resistance: queer resistance at a militarized charter school. **Critical Military Studies**, v. 5, n. 3, p. 195-212, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1080/23337486.2019.1608702>

LACERDA, M. B. **O novo conservadorismo brasileiro**: de Reagan a Bolsonaro. São Paulo: Zouk, 2019.

MARTINS FILHO, J. R. **O palácio e a caserna**: a dinâmica militar das crises políticas na ditadura (1964-1969). São Paulo: Alameda, 2020.

MOUFFE, C. **Por um populismo de esquerda**. São Paulo: Autonomia Literária, 2020.

MUDDE, C.; KALTWASSER, C. R. **Populism**: A very short introduction. Oxford: Oxford University Press, 2017.

PATALA, S.; KORPIVAARA, I.; KORPIVAARA, A.; KUITUNEN, A.; SOPPE, B. Legitimacy under institutional change: How incumbents appropriate clean rhetoric for dirty technologies. **Organization Studies**, v. 40, n. 3, p. 395-419, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1177/0170840617736938>

RECH, M.; BOS, D.; JENKINGS, K. N.; WILLIAMS, A.; WOODWARD, R. Geography, military geography, and critical military studies. **Critical Military Studies**, v. 1, n. 1, p. 1-49, 2014. DOI: <https://doi.org/10.1080/23337486.2014.963416>

ROBINSON, S.; BRISTOW, A. Riding populist storms: Brexit, Trumpism and beyond, Special Paper Series Editorial. **Organization**, v. 3, n. 27, p. 359-369, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1177/1350508420910576>

RODRIGUES, M. S.; DELLAGNELO, E. H. L. Do discurso e de sua análise: reflexões sobre limites e possibilidades na Ciência da Administração. **EBAPE**, v. 11, n. 4, p. 621-635, 2013. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1679-39512013000400010>

SANTOS, E. J. Controle Civil? Ascensão de Bolsonaro e a encruzilhada no Brasil. *In*: MARTINS FILHO, J. R. (Org.). **Os militares e a crise brasileira**. São Paulo: Alameda, 2021. p. 159-172.

SAUER, M.; SARAIVA, K. Uma escola diferente do mundo lá fora. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, v. 35, n. 3, p. 766-785, 2019. DOI: <https://doi.org/10.21573/vol35n32019.95346>

SCRUTON, R. **Conservadorismo**: um convite à grande tradição. Rio de Janeiro: Editora Record, 2019.

SILVA, J. Militarismo. In: SANSONE, L.; FURTADO, C. (Org.). **Dicionário crítico das ciências sociais dos países de fala oficial portuguesa**. Salvador: Editora da Universidade Federal da Bahia, 2014. p. 349-362.

SILVA, E. R.; GONÇALVES, C. A. Possibilidades de incorporação da análise crítica do discurso de Norman Fairclough no estudo das organizações. **EBAPE**, v. 15, n. 1, p. 1-20, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1590/1679-395132088>

SOLENIDADE de posse dos ministros da Justiça e Segurança Pública e da AGU. [Brasília: s. n.], 2020. 1 vídeo (45min5seg). Publicado pelo canal TV BrasilGov. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=SFjw3tCltkM>. Acesso em: 12 de nov. 2021

SOUZA, M. P. J. A palavra convence o exemplo arrasta. In: MARTINS FILHO, J. R. **Os militares e a crise brasileira**. São Paulo: Alameda, 2021. p. 125-142.

SUCHMAN, M. C. Managing legitimacy: strategic and institutional approaches. **Academy of Management Review**, v. 20, n. 3, p. 571-610, 1995. DOI: <https://doi.org/10.2307/258788>

THOMPSON, J. B. **Ideologia e cultura moderna**: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. Petrópolis: Vozes, 1995.

THIOLLENT, M. Estudos organizacionais: possível quadro referencial e interfaces. **Revista Brasileira de Estudos Organizacionais**, v. 1, n. 1, p. 1-14, 2014. DOI: <https://doi.org/10.21583/2447-4851.rbeo.2014.v1n1.28>

VAARA, E. Struggles over legitimacy in the Eurozone crisis: Discursive legitimation strategies and their ideological underpinnings. **Discourse and Society**, v. 25, n. 4, p. 500-518, 2014. DOI: <https://doi.org/10.1177/0957926514536962>

VAARA, E.; TIENARI, J.; KOVESHNIKOV, A. From cultural differences to identity politics: A critical discursive approach to national identity in multinational corporations. **Journal of**

Management Studies, v. 58, n. 8, p. 2052-2081, 2019. DOI:
<https://doi.org/10.1111/joms.12517>

VAN LEEUWEN, T. Legitimation in discourse and communication. **Discourse & Communication**, v. 1, n. 1, p. 91-112, 2007. DOI:
<https://doi.org/10.1177/1750481307071986>

VAN LEEUWEN, T. **Discourse and practice**: New tools for critical discourse analysis. Oxford: Oxford University Press, 2008.

VAN LEEUWEN, T.; WODAK, R. Legitimizing immigration control: A discourse-historical analysis. **Discourse Studies**, v. 1, n. 1, p. 83-118, 1999. DOI:
<https://doi.org/10.1177/1461445699001001005>

VIEIRA, V.; RESENDE, V. **Análise de discurso (para a) crítica**: o texto como material de pesquisa. Campinas, SP: Pontes Editores, 2016.

WEBER, M. **Ensaio de sociologia**. São Paulo: LTC Editora, 1982.

WEBER, M. **Economia e sociedade**. Brasília: Editora UnB, 2002.

WEYLAND, K. Clarifying a contested concept: Populism in the study of Latin American politics. **Comparative politics**, v. 34, n. 1, p. 1-22, 2001.

WODAK, R. **The politics of fear**: What right-wing populist discourses mean. Los Angeles: Sage, 2015.

Submetido em 09/12/2021
Aprovado em 28/01/2022